

“Simone de Beauvoir com dados.” – *Times*

# MULHERES INVISÍVEIS

O VIÉS DOS DADOS  
EM UM MUNDO  
PROJETADO  
PARA HOMENS

CAROLINE  
CRIADO  
PEREZ

intrínseca

# MULHERES INVISÍVEIS

O VIÉS DOS DADOS  
EM UM MUNDO  
PROJETADO  
PARA HOMENS

CAROLINE  
CRIADO  
PEREZ

Tradução de  
**Renata Guerra**



Copyright © Caroline Criado Perez, 2019  
Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL

Invisible Women, exposing data bias in a world designed for men

PREPARAÇÃO

Stella Carneiro

REVISÃO

Camilla Savoia

Anna Beatriz Seilhe

DESIGN DE CAPA

Sophie Harris

DIAGRAMAÇÃO

Victor Gerhardt | CALLIOPE Soluções Editoriais

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

P514m

Perez, Caroline Criado, 1984-

Mulheres invisíveis : o viés dos dados em um mundo projetado para homens /

Caroline Criado Perez ; tradução Renata Guerra. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2022.

400p. ; 23 cm.

Tradução de: Invisible women : exposing data bias in a world designed for men

Inclui índice

ISBN 978-65-5560-384-2

1. Discriminação de sexo contra as mulheres. 2. Papel sexual. 3. Feminismo.  
4. Dominação masculina (Estrutura social). 5. Ciências sociais - Pesquisa. 6. Papel sexual  
- Pesquisa - Metodologia. I. Guerra, Renata. II. Título.

22-78633

CDD: 305.420721

CDU: 311.21:316.346.2-055.2

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

[2022]

*Todos os direitos desta edição reservados à*

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

*Para as mulheres que persistem: continuem difíceis.*

A representação do mundo, como o próprio mundo, é obra dos homens; eles o descrevem a partir de seu ponto de vista, o que confundem com a verdade absoluta.

Simone de Beauvoir

## Prefácio

Boa parte da história humana escrita carrega uma grande lacuna de dados. A começar pela teoria do Homem Caçador, os cronistas do passado deixaram pouco espaço para o papel das mulheres na evolução cultural ou biológica da humanidade. No entanto, a vida dos homens sempre foi considerada representativa da vida de todos os seres humanos. No que se refere a como vivia a outra metade da humanidade, na maior parte das vezes, só há o silêncio.

E esses silêncios estão por toda parte. Toda a nossa cultura é permeada por eles. Filmes, imprensa, literatura, ciência, urbanismo, economia. As histórias que contamos sobre nosso passado, presente e futuro. Tudo isso é marcado — desfigurado — por uma “presença ausente” do feminino. Essa é a lacuna dos dados de gênero.

Mas a lacuna dos dados de gênero não se resume a silêncio. Esses silêncios, essas lacunas, têm consequências. Afetam diariamente a vida das mulheres. O impacto pode ser pouco significativo: tremer de frio no escritório devido ao ar-condicionado ajustado para o padrão do corpo masculino, por exemplo, ou ter dificuldade para alcançar uma prateleira fixada a uma altura cômoda para homens. Irritante, com certeza. Injusto, sem sombra de dúvida.

Porém, nada que ponha a vida em risco. Não é como sofrer um acidente em um carro cujos recursos de segurança não levam em conta as medidas de uma mulher. Nem como ter um ataque cardíaco não diagnosticado porque os sintomas são considerados atípicos. Para as mulheres que passam por essas situações, o resultado de viver num mundo construído a partir de informações que tomam os homens por padrão pode ser fatal.

Uma das coisas mais importantes a dizer sobre a lacuna dos dados de gênero é que, em geral, ela não é mal-intencionada, ou sequer deliberada. Muito pelo contrário. É apenas resultado de um modo de pensar que existe há milênios e que, por esse motivo, tornou-se uma espécie de *não pensar*. Até mesmo um não pensar duplo: entende-se “homens” sem que seja necessário especificar, e “mulheres” simplesmente não é mencionado. Porque quando dizemos humano, em geral queremos dizer homem.

Essa percepção não é nova. Simone de Beauvoir tornou-a famosa quando, em 1949, disse que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não por si mesma, mas em relação a ele; ela não é vista como ser autônomo. [...] Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto — ela é o Outro”.<sup>1</sup> Novo é o contexto em que as mulheres continuam sendo “o Outro”. E esse contexto é um mundo cada vez mais dependente de dados e controlado por eles. *Big Data*, ou megadados. Que por sua vez são garimpados para afirmar megaverdades por meio de mega-algoritmos usados por megacomputadores. Quando os seus megadados são corrompidos por megassilêncios, as verdades resultantes são, no melhor dos casos, meias verdades. E muitas vezes, para as mulheres, não são verdades em absoluto. Como diriam os próprios cientistas da computação, “lixo que entra, lixo que sai”.

Esse novo contexto torna ainda mais urgente a necessidade de preencher a lacuna dos dados de gênero. A inteligência artificial que ajuda os médicos a fazerem diagnósticos, que analisa currículos e até mesmo faz entrevistas com possíveis candidatos a emprego já se tornou comum. Mas a inteligência artificial foi treinada em conjuntos de dados permeados por lacunas — e considerando que os algoritmos normalmente são protegidos, vistos como softwares de propriedade de alguém, não se pode sequer verificar se tais lacunas foram levadas em conta. Pelos indícios disponíveis, no entanto, tudo leva a crer que não foram.

Números, tecnologia, algoritmos, tudo isso é essencial para a narrativa de *Mulheres invisíveis*. Mas eles contam só a metade da história. “Dado” é apenas outro nome para informação, e a informação pode vir de muitas fontes. A estatística é um tipo de informação, claro, mas a experiência humana também é. Assim, afirmo que, quando projetamos

um mundo que deve ser funcional para todos, precisamos ter mulheres inseridas no debate. Se as pessoas tomando decisões que afetam a todos forem apenas homens brancos e sem deficiência (nos Estados Unidos, é assim em nove a cada dez casos), configura-se uma lacuna de dados — da mesma forma que não coletar informação sobre o corpo feminino na pesquisa médica representa uma lacuna de dados. E, como demonstrarei, a exclusão da perspectiva feminina é uma das grandes causas do viés masculino que tenta (muitas vezes de boa-fé) se passar como “neutralidade de gênero”. É a isso que Simone de Beauvoir se refere quando diz que os homens confundem o próprio ponto de vista com a verdade absoluta.

As preocupações especificamente femininas que os homens deixam de levar em conta cobrem uma grande diversidade de áreas, mas no progresso da leitura você perceberá três temas recorrentes: o corpo feminino, a carga de trabalho feminino não remunerado e a violência masculina contra mulheres. São assuntos de tamanha importância que afetam quase todos os aspectos de nossa vida, desde o transporte público até a política, passando pelo ambiente de trabalho e pelo consultório médico. Mas os homens se esquecem disso, porque eles não têm um corpo feminino. Como veremos, eles executam apenas uma pequena parte do trabalho não remunerado feito pelas mulheres. E, embora também precisem enfrentar a violência masculina, esta se manifesta de maneira diferente em relação àquela enfrentada pelas mulheres. E assim essas diferenças continuam sendo desconsideradas, e continuamos a agir como se o corpo masculino e a experiência de vida que ele proporciona fossem de um gênero neutro. Essa é uma forma de discriminação contra mulheres.

Ao longo deste livro, me refiro tanto a sexo quanto a gênero. Por “sexo”, entendo as características biológicas que determinam se uma pessoa nasce homem ou mulher. XX e XY. Por “gênero”, entendo os significados sociais que são impostos a esses fatores biológicos — o modo como as mulheres são tratadas por serem *percebidas* como mulheres. Um desses conceitos é obra humana, mas ambos são reais. E ambos têm consequências para as mulheres conforme se deslocam por este mundo edificado sobre dados masculinos.

Mas, embora eu fale tanto em sexo quanto em gênero no decorrer do livro, uso lacuna dos dados de *gênero* como termo preferencial porque o sexo não é a razão pela qual as mulheres são excluídas dos dados. O gênero sim. Ao nomear o fenômeno que prejudica tanto a vida de tantas mulheres, quero ser clara quanto a sua causa básica e, contrariando muitas das declarações que você lerá nestas páginas, quanto ao fato de o corpo feminino não ser a causa do problema. O problema é o significado social que atribuímos a esse corpo e a determinação social que nos leva a não levá-lo em consideração.

*Mulheres invisíveis* é um relato sobre a ausência — o que às vezes dificulta escrever sobre o tema. Se existe uma lacuna de dados referentes a mulheres como um todo (tanto porque não colhemos esses dados, em primeiro lugar, quanto porque os dados, quando colhidos, não são separados por sexo), no que se refere a mulheres racializadas, deficientes e da classe trabalhadora, os dados são praticamente nulos. Não apenas por não serem colhidos, mas porque não são diferenciados dos dados masculinos — o que se chama “dados classificados por sexo”. Nas estatísticas sobre representação, desde cargos acadêmicos a papéis no cinema, os dados são apresentados como referentes a “mulheres” e “minorias étnicas”, e com isso os dados sobre mulheres pertencentes a minorias étnicas se perdem dentro desses conjuntos maiores. Quando existem, inseri as informações neste livro — mas são ocorrências raras.

A questão, neste livro, não é a psicanálise. Não tenho acesso direto aos pensamentos íntimos daqueles que perpetuam a lacuna de gênero, e, por isso, não ofereço prova irrefutável do motivo pelo qual existe tal lacuna. Só posso mostrar os dados e pedir que você preste atenção nos indícios. Também não estou interessada em saber se a pessoa que produziu uma ferramenta com viés de gênero masculino era secretamente sexista. As motivações particulares são, em certa medida, irrelevantes. O que importa é o padrão. O que importa é determinar se é razoável concluir, considerando-se a força dos dados que apresento, que a lacuna de gênero não passa de uma grande coincidência.

Eu vou defender que não é. Vou defender que a lacuna de dados é, ao mesmo tempo, causa e consequência do pensamento leviano que entende a humanidade como quase exclusivamente masculina.

Mostrarei com que frequência e profundidade esse viés aparece e como distorce os dados supostamente objetivos que têm comandado nossa vida. Mostrarei que mesmo neste mundo super-racional, cada vez mais conduzido por computadores superimparciais, as mulheres ainda são muitíssimo como aquelas de *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, e que o perigo de serem, no melhor dos casos, definidas como um subtipo de homem é tão real como sempre foi.

## INTRODUÇÃO

# O homem padrão

Enxergar o homem como o padrão humano é fundamental para a estrutura da sociedade. É um velho hábito, e tão arraigado quanto as próprias teorias sobre a evolução humana. No século IV a.C., Aristóteles já afirmava sem rodeios que o padrão masculino era um fato indiscutível: “A primeira separação da espécie é, com efeito, que a descendência se torne feminina em vez de masculina”, afirmou em seu tratado de biologia *Da geração dos animais*. (Ele admitiu, no entanto, que essa aberração era “uma necessidade natural”.)

Cerca de dois mil anos depois, em 1966, a Universidade de Chicago realizou um simpósio sobre as sociedades primitivas de caçadores-coletores. Chamava-se “O Homem Caçador”. Setenta e cinco antropólogos sociais do mundo inteiro se reuniram para debater o papel da caça na evolução e no desenvolvimento humanos. Sua importância era um consenso.<sup>1</sup> “A biologia, a psicologia e os hábitos que nos distinguem dos macacos — devemos tudo isso aos caçadores de outrora”, afirmava um dos trabalhos publicados no livro que resultou do simpósio. Tudo isso seria perfeito, mas, conforme apontaram as feministas, essa teoria apresentava um problema para a evolução feminina. Porque, como aquele livro deixava evidente, a caça era uma atividade masculina. Portanto, se “nosso intelecto, interesses, emoções e vida social básica são produtos evolutivos do êxito da adaptação à caça”, o que isso significa para a parte feminina

da humanidade? Se a evolução humana é conduzida por homens, seriam as mulheres sequer humanas?

Em seu agora clássico ensaio de 1975, “Woman the Gatherer” [A mulher coletora], a antropóloga Sally Slocum desafia o primado do Homem Caçador.<sup>2</sup> Os antropólogos, diz ela, “procuram exemplos do comportamento masculino e supõem que isso basta como explicação”. E então formula uma simples pergunta para preencher o silêncio: “O que as mulheres estavam fazendo enquanto os homens caçavam?” Resposta: coletando, alimentando os filhos e cuidando deles durante “os períodos mais longos da dependência infantil”, e tudo isso também exigia cooperação. No contexto desse conhecimento, “a conclusão de que a adaptação humana básica foi o desejo dos machos de caçar e matar”, contesta Slocum, “dá importância demasiada à agressão, que é, afinal de contas, apenas um dos fatores da vida humana”.

Sally Slocum fez essa crítica há mais de quarenta anos, mas o viés masculino na teoria da evolução persiste. “Seres humanos evoluíram para terem um instinto para a violência destrutiva, segundo pesquisadores”, dizia uma manchete de 2016 do jornal *Independent*.<sup>3</sup> A matéria se referia a um trabalho acadêmico intitulado “Raízes filogenéticas da violência humana letal”, que pretendia demonstrar que os seres humanos evoluíram para se tornarem seis vezes mais mortíferos contra a própria espécie do que a média dos mamíferos.<sup>4</sup>

Isso é, sem dúvida, verdadeiro para a nossa espécie como um todo — mas a realidade da violência letal entre humanos é que se trata de uma atividade esmagadoramente masculina: uma análise de assassinatos cometidos na Suécia no decorrer de trinta anos mostrou que nove em cada dez homicídios são cometidos por homens.<sup>5</sup> Isso é confirmado por estatísticas de outros países, entre eles Austrália,<sup>6</sup> Reino Unido<sup>7</sup> e Estados Unidos.<sup>8</sup> Uma pesquisa da ONU feita em 2013 sobre homicídios revelou que 96% dos homicidas no mundo inteiro são homens.<sup>9</sup> Então, quem são os assassinos: os seres humanos ou os homens? E se as mulheres não são muito fãs das matanças, o que pensar da “filogenética” feminina?

Ao que parece, o enfoque masculino-salvo-indicação-contrária contaminou todos os pontos da pesquisa etnográfica. As pinturas em cavernas, por exemplo, quase sempre ilustram animais de caça, de forma

que os pesquisadores concluíram que foram feitas por homens — os caçadores. Mas novas análises das impressões de mãos deixadas junto a essas pinturas em cavernas da França e da Espanha sugerem que, na verdade, a maioria delas foram feitas por mulheres.<sup>10</sup>

Nem mesmo ossos humanos estão a salvo do pensamento masculino-salvo-indicação-contrária. Poderíamos crer que os esqueletos humanos são objetivamente masculinos ou femininos e, portanto, livres do pensamento de viés do padrão masculino. Seria um erro. Por mais de cem anos, um esqueleto viking do século X conhecido como Guerreiro Birka foi considerado masculino — apesar de sua pelve de aparência feminina — por ter sido enterrado junto a um conjunto completo de armas e dois cavalos sacrificados.<sup>11</sup> Esse conteúdo fúnebre indicava que o ocupante da sepultura havia sido um guerreiro<sup>12</sup> — e guerreiro significava homem (os arqueólogos associam as numerosas referências a mulheres guerreiras existentes na tradição viking a “adornos míticos”).<sup>13</sup> Mas ainda que aparentemente as armas sejam mais contundentes do que a pelve no que se refere à determinação do sexo, o mesmo não ocorre com o DNA: uma testagem de 2017 confirmou que aqueles ossos pertenciam, de fato, a uma mulher.

No entanto, a discussão não terminou aqui. Sofreu apenas um desvio.<sup>14</sup> Os ossos devem ter sido misturados; deve haver outro motivo para que um corpo feminino tenha sido sepultado com aqueles objetos. Acadêmicos negacionistas podem até ter alguma razão ao admitir as duas possibilidades (ainda que, com base no conteúdo da sepultura, os autores originais descartem essas críticas). Mas a resistência é, sem dúvida, reveladora, especialmente porque esqueletos masculinos encontrados em circunstâncias semelhantes “não são questionados da mesma forma”.<sup>15</sup> E, de fato, quando os arqueólogos escavam sítios mortuários, quase sempre encontram restos mortais masculinos em maior quantidade, o que, como observou laconicamente o antropólogo Phillip Walker num livro de 1995 sobre definir o sexo de esqueletos, “não é compatível com o que sabemos sobre a proporção dos sexos nas populações humanas”.<sup>16</sup> Considerando que as mulheres vikings podiam possuir propriedades, ser herdeiras e tornar-se mercadoras influentes, seria tão impossível que pudessem também ser guerreiras?<sup>17</sup>

Afinal, esses não seriam em absoluto os únicos ossos femininos de guerreiras que foram descobertos. “Muitos esqueletos femininos com cicatrizes de batalha foram descobertos nas estepes eurásianas, da Bulgária à Mongólia”, escreveu Natalie Haynes para o jornal *The Guardian*.<sup>18</sup> Para povos como os antigos citas, que guerreavam a cavalo com arco e flecha, não havia nenhuma vantagem inata em ser um guerreiro do sexo masculino, e os testes de DNA nos esqueletos sepultados com armas em mais de mil cemitérios citas encontrados da Ucrânia à Ásia Central revelaram que mais de 37% das mulheres e meninas citas eram combatentes ativas.<sup>19</sup>

A dimensão em que o masculino-salvo-indicação-contrária permeia nosso pensamento parece menos surpreendente quando se entende que isso está enraizado num dos mais básicos pilares da sociedade: a própria língua. Com efeito, ao criticar o viés masculino na antropologia, Sally Slocum indica que essa tendência surgiu “não apenas no modo como os escassos dados são interpretados, mas na própria linguagem que é utilizada”. A palavra “homem”, afirma ela, “se usa de modo tão ambíguo que fica impossível determinar se é aplicada a pessoas do sexo masculino ou à espécie humana em geral”. Essa duplicidade de significados levou Slocum a suspeitar de que “na cabeça de muitos antropólogos, ‘homem’ no sentido de elemento da espécie humana é, na verdade, o sinônimo perfeito para ‘macho da espécie’”. Como veremos, há indícios de que ela provavelmente estava certa.

No poema “Myth”, de Muriel Rukeyser, um Édipo velho e cego pergunta à Esfinge: “Por que não reconheci minha mãe?” A Esfinge diz que Édipo tinha respondido incorretamente ao enigma proposto por ela (o que anda em quatro pernas de manhã, duas à tarde e três à noite?). “Você respondeu Homem. Não disse nada sobre a mulher.” Édipo contesta: mas quando se fala homem “inclui-se também a mulher. Todos sabem disso”.

Só que na verdade a Esfinge estava certa, e Édipo, errado. Quando se diz homem, a mulher não “está incluída”, ainda que tecnicamente todos *de fato* “saibam disso”. Numerosos estudos feitos nos últimos quarenta anos em diversas línguas confirmaram que o que se chama de “masculino genérico” (o uso de palavras como “ele” de forma

neutra quanto ao gênero) não é efetivamente compreendido de forma genérica.<sup>20</sup> É compreendido esmagadoramente como masculino.

Quando se usa o masculino genérico, é mais provável que as pessoas evoquem homens famosos do que mulheres famosas,<sup>21</sup> entendam uma profissão como dominada por homens<sup>22</sup> e sugiram candidatos do sexo masculino para indicações de emprego e cargos políticos.<sup>23</sup> Também há menos probabilidade de mulheres se candidatarem, e ainda menos de irem bem em entrevistas, para cargos que são divulgados com o uso do masculino genérico.<sup>24</sup> De fato, o masculino genérico é tão compreendido como apenas masculino que chega a se sobrepor a estereótipos que de maneira geral são bastante fortes, de modo que profissões como “esteticista”, normalmente exercidas por mulheres, de repente passam a ser vistas como masculinas.<sup>25</sup> Isso chega até a distorcer a pesquisa científica, criando uma espécie de lacuna de dados metagenérica: um trabalho acadêmico de 2015 sobre o viés autorreferente em estudos psicológicos concluiu que o uso do masculino genérico nos questionários influenciava as respostas das mulheres, podendo distorcer “o valor da pontuação nos testes”.<sup>26</sup> Os autores concluíram que seu uso “pode retratar diferenças irreais entre mulheres e homens, que não apareceriam na forma neutra quanto a gênero ou em versões do mesmo questionário que fizessem uso de linguagens com pronomes neutros ou pelo gênero natural”.

Mesmo diante de décadas de evidência de que o masculino genérico é tudo menos claro, a política oficial sobre a língua em muitos países continua insistindo que se trata de mera formalidade cujo uso deve prosseguir em nome da... clareza. Em 2017, a Académie Française, autoridade máxima no que se refere à língua francesa, esbravejava contra “a aberração que é a ‘escrita inclusiva’”, afirmando que a língua francesa se encontrava em perigo mortal devido ao que se tentava fazer com o masculino genérico. Outros países, entre eles Espanha<sup>27</sup> e Israel,<sup>28</sup> enfrentaram debates similares.

Como na língua inglesa a variação de gênero se aplica a poucas classes gramaticais, o masculino genérico é bastante limitado no uso moderno. Termos como *doctor* [médico] e *poet* costumavam representar o masculino genérico (e algumas médicas e poetas eram chamadas de *doctoresses* e *poetesses*, geralmente em tom de escárnio), mas são

hoje em dia considerados neutros quanto a gênero. Mas, embora o uso formal do masculino genérico permaneça arraigado apenas no texto de pedantes que ainda insistem em usar *he* [ele] para expressar *he* [ele] ou *she* [ela], foi, de certa forma, reaquecido com o uso informal de gírias americanas como *dude* e *guys*, e, no Reino Unido, *lads* como termos supostamente neutros quanto ao gênero. Uma polêmica recente no Reino Unido também mostrou que, para algumas pessoas, o padrão masculino ainda importa e muito: em 2017, quando Dany Cotton, a primeira mulher a comandar a Brigada de Incêndio de Londres, sugeriu a troca do termo *fireman* — literalmente, homem do fogo, ou bombeiro — por *firefighter* — combatente do fogo, algo bem mais legal, convenhamos — recebeu uma enxurrada de e-mails raivosos.<sup>29</sup>

Idiomas como francês, alemão e espanhol, no entanto, apresentam flexão de gênero, e neles o conceito de masculino e feminino está enraizado na própria língua. Todos os substantivos têm gênero, feminino ou masculino. Mesa é feminino, carro é masculino: *la mesa roja* [a mesa vermelha], *el coche rojo* [o carro vermelho]. No que diz respeito a substantivos que se referem a pessoas, embora existam tanto termos masculinos quanto femininos, o gênero padrão é sempre masculino. Tente procurar no Google a palavra “advogado” em alemão. A ferramenta de busca retorna *Anwalt*, que significa literalmente advogado do sexo masculino, mas que é usado genericamente para ambos os sexos. Se você quiser dizer especificamente “advogada”, dirá *Anwältin* (a propósito, muitas vezes, como neste caso, os termos femininos não passam de termos masculinos modificados, o que é outra maneira sutil de considerar o feminino como um desvio do padrão masculino ou, para usar os termos de Simone de Beauvoir, o “Outro”). O masculino genérico também é utilizado para designar grupos: quando o gênero é indeterminado, ou se o grupo é misto, usa-se o masculino genérico. Assim, um grupo de cem docentes do sexo feminino seria chamado em espanhol de *las professoras*, mas se a elas se somar um único professor do sexo masculino o grupo se torna de repente *los profesores*. Tal é o poder do padrão masculino.

Nas línguas que apresentam flexão de gênero, o masculino genérico está em toda parte. Vagas de emprego são anunciadas quase sempre

no masculino, em particular para funções de liderança.<sup>30</sup> Uma pesquisa austríaca recente sobre a linguagem empregada nos anúncios de empregos em cargos de chefia detectou uma proporção de 27:1 entre o masculino e “formas mais justas para o gênero” (em que eram utilizados os termos masculino e feminino).<sup>31</sup> O Parlamento Europeu acredita ter encontrado uma solução para esse problema, e a partir de 2008 vem recomendando que se acrescente (m/f) no final de anúncios de emprego nas línguas com flexão de gênero. A ideia é tornar o masculino genérico mais “justo”, uma lembrança de que as mulheres existem. É uma boa ideia — mas não se apoia em dados. Ao colocar à prova o seu efeito, os pesquisadores descobriram que não fazia diferença em relação à influência excludente representada pelo uso do próprio masculino genérico — o que demonstra a importância de coletar dados antes de tomar medidas.<sup>32</sup>

Será que toda essa discussão sobre palavras faz alguma diferença no mundo real? É possível que sim. Em 2012, uma análise do Fórum Econômico Mundial concluiu que países falantes de línguas com flexão de gênero, que têm ideias arraigadas sobre o masculino e o feminino presentes em quase toda verbalização, são os mais desiguais em termos de gênero.<sup>33</sup> Mas aqui ocorre uma peculiaridade interessante: os países em que se falam línguas sem distinção de gêneros (como o húngaro e o finlandês) não são os mais igualitários nesse aspecto. Essa honra cabe a um terceiro grupo, o dos países em que se falam “línguas de gênero natural” como o inglês. Essas línguas permitem que o gênero seja indicado (*female teacher*, ou “professor do sexo feminino”; *male nurse*, ou “enfermeiro do sexo masculino”), mas não reforça o gênero na palavra em si. Os autores da pesquisa sugerem que, se não for possível indicar o gênero de forma alguma, pode-se “corrigir” o viés masculino escondido numa língua enfatizando “a presença de mulheres no mundo”. Resumindo: como o homem fica subentendido sem que seja necessário especificar, é importante que as mulheres sejam literalmente mencionadas.

É tentador pensar que o viés masculino entranhado na língua não passa de uma relíquia de tempos retrógrados, mas os indícios não apontam para esse caminho. A “linguagem que mais cresce” no mundo,<sup>34</sup> usada por mais de 90% da população conectada, é a dos emojis.<sup>35</sup>

Essa linguagem originou-se no Japão na década de 1980, e as mulheres são suas maiores usuárias:<sup>36</sup> 78% das mulheres contra 60% dos homens usam emojis com frequência.<sup>37</sup> Curiosamente, até 2016, o mundo dos emojis era masculino.

Os emojis que temos em nossos smartphones são escolhidos pelo pomposo Unicode Consortium, grupo sediado no Vale do Silício composto de organizações que trabalham juntas para assegurar padrões internacionais e universais dos softwares. Se o Unicode decide que determinado emoji (por exemplo, o “espião”) deve ser somado ao conjunto atual, vai tomar a decisão sobre o código que deve ser usado. Cada fabricante de celular (ou cada plataforma, como o Twitter e o Facebook) vai desenhar sua própria interpretação de como seria um “espião”, mas todos usarão o mesmo código, de modo que, quando os usuários se comuniquem entre diferentes plataformas, todos estejam, de modo geral, dizendo a mesma coisa. Um emoji com olhos de coração é um emoji com olhos de coração.

Historicamente, o Unicode não especifica gênero para a maior parte dos personagens. O emoji que em quase todas as plataformas mostrava originariamente um homem correndo não se chamava *man running*, ou “homem correndo”. Chamava-se apenas *runner*, “corredor”. De forma análoga, o emoji original para policial era chamado pelo Unicode de *police officer*, “funcionário da polícia” e não *policeman* “homem policial”. Foram as plataformas que interpretaram individualmente esses termos de gênero neutro como masculinos.

Em 2016, o Unicode decidiu tomar uma providência a respeito. Abandonando a posição inicial de “neutralidade” de gênero, decidiu atribuir um gênero explícito a todos os emojis que representassem pessoas.<sup>38</sup> Assim, em vez de *runner*, que tinha sido representado em todas as plataformas como um corredor do sexo masculino, o Unicode lançou um código para a representação de um corredor explicitamente homem e de uma corredora explicitamente mulher. Existem agora opções masculinas e femininas para todos os profissionais e atletas. É uma conquista pequena, mas significativa.

É fácil chamar de sexistas os fabricantes de celulares e as redes sociais (o que de fato são, como veremos, ainda que muitas vezes sem

intenção), mas a realidade é que, embora tenham dado um jeito de desenhar a imagem de um corredor “neutro”, a maior parte das pessoas enxergou aquele corredor como do sexo masculino porque entendemos as coisas como masculinas a menos que sejam especificamente indicadas como femininas. Assim, embora possamos torcer para que gramáticos raivosos aceitem a ideia de que dizer “ele e ela” (ou mesmo, que heresia, “ela e ele”) em vez de apenas “ele” pode não ser a pior coisa que lhes aconteceu na vida, a verdade é que livrar-nos do masculino genérico seria apenas metade da batalha: o viés masculino está tão entranhado em nosso psiquismo que mesmo palavras autenticamente neutras quanto ao gênero são entendidas como masculinas.

Uma pesquisa de 2015 identificou as cinco palavras mais usadas para designar pessoas na relação ser humano-computador nos trabalhos publicados em 2014, e descobriu que essas palavras, em inglês, são todas aparentemente neutras em gênero: *user* (usuário/a), participante, *person* (pessoa), *designer* e *researcher* (pesquisador/a).<sup>39</sup> Muito bem, estudiosos da relação ser humano-computador! Mas, como não podia deixar de ser, há um senão. Quando os participantes da pesquisa foram convidados a pensar em cada uma dessas palavras durante dez segundos e, em seguida, desenhar uma imagem dela, o que ocorreu foi que as palavras em teoria neutras quanto ao gênero não foram entendidas como masculinas e femininas na mesma proporção. Para participantes do sexo masculino, apenas a palavra *designer* foi interpretada como masculino em menos de 80% dos casos (e mesmo assim ficou em 70%). Foi mais frequente que a palavra *researcher* fosse interpretada como não pertencente a gênero nenhum do que ao feminino. As mulheres se mostraram menos susceptíveis ao viés de gênero, mas, ainda assim, mais propensas a interpretar palavras neutras como masculinas. Dessa forma, apenas *person* e participante (ambas entendidas como masculinas por cerca de 80% dos participantes do sexo masculino) ficaram em 50% para cada gênero nas respostas das mulheres.

Esses achados desanimadores são coerentes com décadas de dados do tipo “desenhe um cientista”, em que os participantes desenhavam, em sua maioria, homens (o viés tem sido historicamente tão extremo que os meios de comunicação mundiais festejaram como um grande

progresso o resultado lançado por um trabalho recente que descobriu que 28% das crianças agora desenham mulheres).<sup>40</sup> São coerentes também, de maneira mais perturbadora, com uma pesquisa de 2008 na qual estudantes paquistaneses (entre nove e dez anos) foram convidados a desenhar uma imagem de “nós”.<sup>41</sup> Bem poucas meninas e nenhum dos meninos desenharam mulheres.

Também não permitimos que não humanos escapem da nossa percepção do mundo como predominantemente masculino: quando uma pesquisa usou pronomes femininos para tentar fazer com que os participantes vissem um animal de pelúcia de gênero neutro como feminino, crianças, pais e cuidadores continuaram referindo-se ao animal como “ele”.<sup>42</sup> A pesquisa concluiu que o bichinho precisaria ser “super-feminino” para que “cerca de metade dos participantes se referisse ao brinquedo como ela”.

Para ser justa, essa suposição não é totalmente descabida: muitas vezes, trata-se mesmo de um “ele”. Uma pesquisa internacional de 2007 sobre 25.439 personagens infantis de programas televisivos concluiu que apenas 13% dos não humanos eram femininos (o número de personagens femininos humanos era um pouco maior, embora ainda baixo: 32%).<sup>43</sup> Uma análise de filmes adequados para crianças entre 1990 e 2005 concluiu que apenas 28% dos papéis com falas cabiam a personagens femininos — e, talvez mais significativo no contexto de seres humanos masculinos-salvo-indicação-contrária, as mulheres representavam apenas 17% do total em cenas com grupos de pessoas.<sup>44</sup>

Os homens não apenas têm mais papéis, como passam cerca do dobro do tempo em cena — essa diferença se aproxima do triplo quando, como ocorre na maior parte dos filmes, o protagonista é do sexo masculino.<sup>45</sup> Só quando a protagonista é do sexo feminino que homens e mulheres têm mais ou menos o mesmo tempo de tela (ao contrário do que se poderia esperar, as mulheres não recebem mais tempo). Os homens também têm mais diálogos, pois falam duas vezes mais que as mulheres no total; três vezes mais em filmes protagonizados por homens e quase duas vezes mais em filmes co-protagonizados por homens e mulheres. Novamente, apenas nos poucos filmes protagonizados por mulheres o tempo de cena é equilibrado entre personagens masculinos e femininos.

Esse desequilíbrio não ocorre apenas nos filmes e na TV. Está em toda parte.

Está nas estátuas: contei todas as estátuas que figuram na base de dados da Associação de Monumentos Públicos e Esculturas do Reino Unido e concluí que existem mais estátuas de homens chamados John do que de mulheres históricas, com nomes conhecidos e que não pertenceram à realeza (o único motivo pelo qual a inclusão de mulheres da realeza ao total faria delas mais numerosas do que os Johns deve-se ao entusiasmo da rainha Vitória por erigir estátuas de si mesma, algo pelo qual sinto um respeito relutante).

Está nas cédulas de dinheiro: em 2013, o Banco da Inglaterra anunciou que estava substituindo a única figura histórica feminina das cédulas por outro homem (fiz uma bem-sucedida campanha contra isso, e pipocaram movimentos semelhantes em outros países, incluindo Canadá e Estados Unidos).<sup>46</sup>

Está no noticiário dos jornais: de cinco em cinco anos, a partir de 1995, o Projeto de Monitoramento da Mídia Global vem avaliando os meios de comunicação escritos e transmitidos quanto à representação de mulheres. O relatório mais recente desde a publicação deste livro, lançado em 2015, diz que “as mulheres representam apenas 24% das pessoas ouvidas, mencionadas ou vistas em matérias de jornais, televisão ou rádio, exatamente como aconteceu em 2010”.<sup>47</sup>

Está até mesmo nos livros escolares. Trinta anos de pesquisas sobre livros didáticos de língua e gramática em países como Alemanha, Estados Unidos, Austrália e Espanha descobriram que os homens superam de longe as mulheres nas sentenças dadas como exemplo (numa média de 3 para 1).<sup>48</sup> Uma pesquisa americana sobre os dezoito livros didáticos de história mais usados no ensino médio publicados entre 1960 e 1990 indicou que a quantidade de imagens dos homens mencionados nos textos superava a das mulheres numa proporção de 18%, e que somente 9% dos nomes citados nos índices eram de mulheres (número que persistiu na edição de 2002 de um desses livros).<sup>49</sup> Mais recentemente, em 2017, a análise de dez livros de introdução à ciência política mostrou que uma média de apenas 10,8% das páginas de cada texto mencionava mulheres (alguns textos chegavam a apenas

5,3%).<sup>50</sup> O mesmo viés masculino foi encontrado em análises recentes de livros didáticos armênios, malawianos, paquistaneses, formosinos, sul-africanos e russos.<sup>51</sup>

Esse viés cultural de representação masculina é tão difundido que os realizadores do *Metroid*, série de jogos de ficção científica, recorreram a ele quando quiseram surpreender os usuários. “Ficamos pensando no que poderia pegar todo mundo de surpresa e pensamos em remover o capacete do Samus [o personagem principal].” Foi então que alguém disse “seria sensacional se Samus fosse mulher!”, lembraram eles numa entrevista recente.<sup>52</sup> Para ter certeza de que todos entenderiam, apresentaram Samus usando um biquíni rosa e com as mãos nos quadris.

O *Metroid* foi e continua sendo uma exceção entre os videogames. Embora uma pesquisa de 2015 realizada pelo Pew Research Center<sup>53</sup> tenha demonstrado que nos Estados Unidos homens e mulheres jogam videogames em igual número, apenas 3,3%<sup>54</sup> dos jogos mais falados em entrevistas coletivas durante a E3 (a maior feira anual de games do mundo) de 2016 tinham protagonistas femininas. Essa proporção é ainda mais baixa que a de 2015, que, de acordo com o blog Feminist Frequency, foi de 9%.<sup>55</sup> Quando personagens femininas aparecem num jogo, muitas vezes são apenas um extra. Na E3 de 2015, o diretor do *Fallout 4*, Todd Howard, mostrou como era fácil alternar personagens masculinos e femininos — e em seguida voltou à versão masculina, na qual permaneceu até o fim de sua apresentação.<sup>56</sup> Como destacou o Feminist Frequency ao comentar a E3 2016, “os heróis são do sexo masculino por padrão”.<sup>57</sup>

O resultado dessa cultura tão dominada pelo masculino é que a experiência e a perspectiva masculina passaram a ser vistas como universais, enquanto a experiência feminina — que consiste na metade da população global — é vista, bem, como um nicho. É porque o masculino é universal que uma professora da Universidade de Georgetown deu a seu curso de Literatura o nome de Escritores Brancos do Sexo Masculino recebeu notoriedade, enquanto os numerosos cursos sobre “escritoras” passavam despercebidos.<sup>58</sup>

Porque o masculino é universal (e o feminino é um nicho), um filme sobre a luta das britânicas pelo direito ao voto é desqualificado (nada

menos do que pelo *The Guardian*) como “peculiarmente hermético” por não cobrir a Primeira Guerra Mundial — demonstrando infelizmente que a afirmação de Virginia Woolf em 1929 (“Este é um livro importante, admite o crítico, porque fala de guerra. Este é um livro insignificante porque fala dos sentimentos das mulheres numa sala de visitas”) ainda é relevante nos dias atuais.<sup>59</sup> É por isso que V. S. Naipaul diminui a escrita de Jane Austen, acusando-a de “rasa”, mas ninguém espera que *O lobo de Wall Street* aborde a Guerra do Golfo, ou que o escritor norueguês Karl Ove Knausgaard escreva sobre qualquer pessoa além de si mesmo (ou cite mais de uma única escritora) para receber louvores da *New Yorker* por expressar “ansiedades universais” em sua autobiografia em seis volumes.

É por isso que a página da seleção inglesa de futebol na Wikipédia refere-se à seleção masculina, enquanto a página da seleção feminina é chamada de seleção inglesa de futebol feminino, e que em 2013 a Wikipédia dividia os escritores norte-americanos em “American Novelists” e “American Women Novelists”. É por isso que uma pesquisa feita em 2015 sobre a Wikipédia em diversas línguas concluiu que os verbetes sobre mulheres usam palavras como “mulher”, “feminino” ou “senhora”, mas os verbetes sobre homens não contêm palavras como “homem”, “masculino” ou “cavalheiro” (já que o sexo masculino não precisa ser mencionado).<sup>60</sup>

Classificamos o período que vai do século XIV ao século XVII como “Renascimento”, embora, como indica a psicóloga social Carol Tavris em seu livro *The Mismeasure of Woman*, de 1991, não tenha sido um renascimento para as mulheres, que, em grande medida, ainda continuavam excluídas da vida intelectual e artística. Chamamos o século XVIII de “Iluminismo”, embora, enquanto possa ter ampliado “os direitos do homem”, também “reduziu os direitos das mulheres, que eram impedidas de controlar suas propriedades e seus bens, além de ficarem de fora da educação superior e da qualificação profissional”. Pensamos na Grécia antiga como berço da democracia, embora a metade feminina da população estivesse explicitamente excluída do direito ao voto.

Em 2013, o tenista Andy Murray foi louvado pelos meios de comunicação por encerrar os “77 anos de espera” dos britânicos por uma

vitória no torneio de Wimbledon, quando, na verdade, Virginia Wade tinha sido campeã em 1977. Três anos depois, Murray foi informado por um repórter esportivo de que era “a primeira pessoa na história a ganhar duas medalhas de ouro no tênis olímpico” (ao que Murray replicou, corretamente, que “Venus e Serena ganharam quatro medalhas cada uma”).<sup>61</sup> Nos Estados Unidos, é uma verdade universalmente reconhecida que a seleção de futebol nunca ganhou a Copa do Mundo, nem sequer chegou a uma final — só que isso não é verdade. A seleção feminina ganhou quatro vezes.<sup>62</sup>

Nos últimos anos, houve algumas tentativas dignas de lidar com esse incansável viés cultural masculino, mas muitas vezes elas foram recebidas com hostilidade. Quando Thor foi reinventado como mulher pela editora Marvel Comics,<sup>63</sup> os fãs se revoltaram — embora, como destacou a revista *Wired*, “ninguém deu a mínima” quando Thor foi substituído por uma rã.<sup>64</sup> Quando a franquia Star Wars lançou dois filmes seguidos com uma protagonista feminina, uivos de indignação ecoaram pela *manosfera*.<sup>65</sup> Um dos mais antigos programas de televisão do Reino Unido ainda no ar, *Doctor Who* é uma série de ficção científica sobre um alienígena que de tempos em tempos se metamorfoseia e adquire um novo corpo. As doze primeiras encarnações do personagem foram masculinas, mas em 2017, pela primeira vez, o alienígena se metamorfoseou em uma mulher. Em reação, o ator Peter Davison, que no passado interpretou o personagem, expressou “dúvidas” quanto à sensatez de escalar uma mulher para o papel.<sup>66</sup> Ele preferia a ideia do doutor como “um rapaz”, e lamentou “a perda de um modelo que os homens poderiam seguir”. Homens irritados foram ao Twitter convocando um boicote ao programa e condenando a decisão como se fosse um exibicionismo “politicamente correto” e “liberal”.<sup>67</sup>

Colin Baker, sucessor de Peter Davison no papel, discordou de seu antecessor. Os homens “tiveram um modelo a seguir durante cinquenta anos”, afirmou. Seja como for, ponderou, é preciso ser do mesmo gênero de alguém para constituir um modelo a seguir? “Não se pode ser um modelo enquanto pessoa?” Na verdade, não, Colin, porque, como já vimos, “pessoa” é uma palavra propensa a ser compreendida como aplicada ao sexo masculino. E, em todo caso, enquanto há indícios de

que as mulheres podem, até certo ponto, aceitar homens como modelo, a recíproca não é verdadeira. Mulheres compram livros escritos por homens e sobre homens, mas os homens não compram livros escritos por mulheres e sobre mulheres (pelo menos não muitos homens).<sup>68</sup> Em 2014, quando a série de videogames de aventura *Assassin's Creed* anunciou que não seria possível jogar na pele de uma assassina em sua nova modalidade multi-player, alguns homens ficaram contentes com a decisão.<sup>69</sup> Jogar como mulher os afastaria do jogo, disseram.

A jornalista Sarah Ditung teve pouca paciência para esse argumento. “Sério mesmo?”, protestou numa coluna. “Vocês jogaram jogos na pele de ouriços azuis. Como um marinheiro espacial ciberneticamente modificado. Como um maldito domador de dragão. Mas a ideia de que mulheres possam ser protagonistas, com personalidade e uma natureza ativa está de alguma forma além de sua capacidade imaginativa?”<sup>70</sup> Claro que Ditung está tecnicamente certa. *Deveria* ser mais fácil para um homem se imaginar na pele de mulher do que na de um ouriço azul. Mas, ao mesmo tempo, ela está errada, porque aquele ouriço azul tem uma semelhança particularmente importante com os jogadores do sexo masculino, ainda mais importante do que pertencer à mesma espécie. É que Sonic, o ouriço azul, é macho. Isso fica evidente porque ele não é cor-de-rosa, não tem laço no cabelo e não dá sorrisinhos. Ele é do gênero padrão, que não precisa ser designado, não do gênero atípico.

Esse tipo de reação negativa à introdução de mulheres pode ser testemunhada ao longo de toda a paisagem cultural. Em 2013, fiz campanha para que se estampasse uma figura histórica feminina na face posterior das cédulas inglesas, e alguns homens ficaram com tanta raiva que se sentiram no direito de me ameaçar de estupro, mutilação e morte. Nem todos os homens que foram contra a campanha chegaram a esse ponto, lógico, mas ainda assim o senso de injustiça estava evidente nas respostas mais comedidas que recebi. Lembro-me de um homem que protestou utilizando o argumento “mas as mulheres agora estão em toda parte!”. Considerando a dura campanha que precisei fazer pela inclusão de uma única mulher, elas obviamente não estão em toda parte, mas, mesmo assim, o ponto de vista daquele homem é sintomático. Esses homens estavam enxergando até mesmo a menor

representação feminina como uma iniquidade. Na opinião deles, o jogo já estava nivelado, e uma seleção completamente masculina não passa de um reflexo objetivo de mérito.

Antes que eles cedessem, a justificativa do Banco da Inglaterra para seu plantel exclusivamente masculino também se apoiou no argumento meritocrático: as figuras históricas eram escolhidas, afirmavam, com um “critério objetivo de seleção”. Para chegar à “lista de ouro” das “grandes figuras de nosso passado”, uma pessoa precisava preencher os seguintes requisitos: ser um nome amplamente reconhecido, ter boa produção artística, não ser polêmica e “ter dado uma contribuição duradoura universalmente reconhecida e com benefícios permanentes”. Ao ler essas designações subjetivas de mérito, entendi como o banco tinha escolhido cinco homens brancos para suas cédulas: a histórica lacuna de dados de gênero significa nada menos que a probabilidade de corresponder a todos esses critérios “objetivos” é menor para as mulheres.

Em 1839, a compositora Clara Schumann escreveu em seu diário: “Já cheguei a acreditar que tinha talento criativo, mas abandonei essa ideia; uma mulher não deve aspirar a compor — nenhuma foi capaz disso, por que eu deveria esperar ser diferente?” A tragédia é que Clara Schumann estava errada. Antes dela, outras mulheres *foram* capazes disso, e entre elas estão alguns dos mais bem-sucedidos e prolíficos compositores dos séculos XVII e XVIII.<sup>71</sup> Só que elas não tiveram seus “nomes amplamente reconhecidos”, pois uma mulher não precisa morrer para ser esquecida — ou para que seu trabalho, em consonância com a lacuna de dados de gênero, seja atribuído a um homem.

Felix Mendelssohn publicou em seu nome seis das composições de sua irmã Fanny Hensel, e em 2010 ficou provado que outro manuscrito que se acreditava ser de sua autoria era também de Fanny.<sup>72</sup> Durante anos, acadêmicos classicistas afirmaram que a poeta romana Sulpícia não teria como escrever os versos assinados com seu nome — eram bons demais, para não dizer obscenos demais.<sup>73</sup> Judith Leyster, uma das primeiras holandesas admitidas por uma guilda de artistas, ficou famosa em sua época, mas depois de sua morte, em 1660, seu nome foi apagado e sua obra, atribuída ao marido. Em 2017, foram descobertas

novas obras da pintora canadense Caroline Louisa Daly, do século XIX, anteriormente atribuídas a homens, um dos quais nem sequer era artista.<sup>74</sup>

No início do século XX, a premiada engenheira, física e inventora Hertha Ayrton observou que enquanto os erros de modo geral são “notoriamente difíceis de erradicar [...], um erro que atribui a um homem o que na verdade foi obra de uma mulher tem mais vidas do que um gato”. Ela tinha razão. Os livros didáticos ainda citam Thomas Hunt Morgan como o responsável por descobrir que os cromossomos, e não o ambiente, são os determinantes do sexo, mas de fato foram os experimentos de Nettie Stevens com a larva-da-farinha que levaram a essa conclusão — apesar da correspondência entre ambos, em que Morgan pede a Stevens detalhes do experimento.<sup>75</sup> Cecília Payne-Gaposchkin descobriu que o Sol é basicamente composto de hidrogênio, mas sua descoberta muitas vezes é creditada a seu supervisor homem.<sup>76</sup> Talvez o exemplo mais conhecido dessa espécie de injustiça seja o de Rosalind Franklin, cujo trabalho (com o uso de raios X e medição de células, ela concluiu que a molécula de DNA consiste de duas cadeias e grupos fosfato) levou James Watson e Francis Crick (agora renomados ganhadores do prêmio Nobel) a “descobrir” o DNA.

Nada disso quer dizer que o Banco da Inglaterra tenha decidido deliberadamente excluir mulheres. Significa apenas que algo visto como objetivo pode, na verdade, sofrer um profundo viés masculino: nesse caso, a prática historicamente generalizada de atribuir a homens o trabalho de mulheres tornou muito mais difícil que uma mulher satisfizesse as exigências do banco. O fato é que o mérito é uma questão de opinião, e a opinião se molda pela cultura. E se essa cultura tem um viés tão masculino quanto a nossa, não poderá evitar estar enviesada contra as mulheres. Por padrão.

O caso dos critérios subjetivos do banco mostra também que o modelo masculino pode ser, ao mesmo tempo, causa e consequência da lacuna de dados de gênero. Negando-se a responsabilidade por uma histórica lacuna de dados de gênero, o procedimento de seleção usado pelo banco para escolher figuras históricas foi projetado em torno do tipo de sucesso em geral conquistado por homens; mesmo um requisito

aparentemente positivo, como alguém não se envolver em polêmicas, bem, na famosa frase da historiadora Laurel Thatcher Ulrich, “mulheres bem comportadas raramente fazem história”. O resultado foi que o banco não apenas fracassou em corrigir a histórica lacuna de dados de gênero, mas a perpetuou.

Essas definições subjetivas de mérito mascaradas de objetividade surgem em toda parte. Em 2015, Jesse McCabe, uma estudante britânica do ensino médio que se preparava para os exames do nível avançado, observou que nenhuma das 63 obras citadas em seu programa de estudos de música tinha sido composta por uma mulher. Escreveu para a banca examinadora, da empresa Edexcel, que defendeu o próprio programa. “Visto que não se destacaram compositoras na tradição clássica ocidental (ou em outras, aliás)”, afirmaram, “haveria muito poucas mulheres compositoras que pudessem ser incluídas”. O fraseado aqui é importante. A Edexcel não está dizendo que não existem compositoras — afinal, só a *International Encyclopaedia of Women Composers* [Enciclopédia Internacional de Mulheres Compositoras] tem mais de seis mil verbetes. O que a empresa está falando é do “cânone”, ou seja, o corpo de obras geralmente consideradas mais influentes na modelagem da cultura ocidental.

A formação de um cânone é vista como um funil objetivo do mercado musical, mas, na verdade, é tão subjetiva quanto qualquer outro juízo de valor emitido numa sociedade desigual. As mulheres têm sido alijadas em massa do cânone porque o que se entende por sucesso nas obras de composição foi historicamente impossível de ser alcançado por elas. Durante a maior parte do decorrer da história, se as mulheres eram sequer autorizadas a compor, suas obras eram apresentadas em privado, em ambiente doméstico. Grandes obras orquestrais, tão essenciais para a reputação de um compositor, costumavam ser inalcançáveis para mulheres, consideradas “inapropriadas”.<sup>77</sup> Para elas, a música era um “ornamento”, não uma carreira.<sup>78</sup> Mesmo no século XX, Elizabeth Maconchy (a primeira mulher a presidir a Guilda de Compositores da Grã-Bretanha) foi diminuída em suas ambições por editores como Leslie Boosey, que “não conseguia aceitar de uma mulher nada além de umas cançõezinhas”.

Mesmo que as “cançõezinhas” que as mulheres eram autorizadas a escrever fossem suficientes para conquistar um lugar no cânone, as mulheres simplesmente não tinham recursos ou posição para garantir que seu legado fosse adiante. No livro *Sounds and Sweet Airs: The Forgotten Women of Classical Music* [Harmonias e suaves cantos: as mulheres esquecidas da música clássica], Anna Beer compara a prolífica compositora Barbara Strozzi (que “teve mais músicas impressas durante a vida do que qualquer outro compositor da sua época”) a um de seus contemporâneos do sexo masculino, Francesco Cavalli. Como mestre de capela da igreja de São Marcos, em Veneza (cargo que na época não podia ser assumido por mulheres), Cavalli tinha dinheiro e posição para garantir que todas as suas obras, mesmo as muitas que não publicou em vida, fossem preservadas numa biblioteca. Ele podia pagar a um arquivista para cuidar delas, e não só podia como pagou para que as missas que compôs fossem cantadas no aniversário de sua morte. Diante de tal disparidade de recursos, Strozzi nunca teve nenhuma chance de ser lembrada em igualdade de condições. E continuar insistindo no primado do cânone que exclui mulheres é perpetuar as injustiças do passado que favorecem os homens.

Se a ausência de mulheres em posições de poder é usada como justificativa para a exclusão delas da história cultural, também é uma desculpa frequente para justificar por que, quando ensinamos as crianças sobre o passado, falamos quase exclusivamente sobre a vida de homens. Em 2013, houve na Grã-Bretanha uma disputa sobre o que entendemos por “história”. De um lado estava o secretário de Educação, Michael Gove, lutando a favor de sua proposta supostamente nova de uma grade curricular que representasse um “retorno às bases” na história do país.<sup>79</sup> Como um exército de utilitaristas do século XXI, ele e seus defensores diziam que as crianças precisavam de “fatos”.<sup>80</sup> Elas precisavam de uma “base de conhecimento”.

Nessa “base de conhecimento”, nos blocos “básicos” de “fatos” que toda criança deveria aprender, era notável, entre outras lacunas, a quase completa ausência de mulheres. Nenhuma mulher aparecia no Key Stage 2 (idades de sete a onze anos), exceto duas rainhas Tudor. O Key Stage 3 (idades de onze a catorze anos) mencionava apenas cinco

mulheres, quatro delas (Florence Nightingale, Mary Seacole, George Eliot e Annie Besant) emboladas sob o título “O papel feminino em mutação” — o que implica, não sem motivo, que o resto da grade curricular tratava de homens.

Em 2009, o renomado historiador britânico David Starkey criticou historiadoras por se concentrarem demasiado nas esposas de Henrique VIII à custa do próprio rei, que, esbravejou ele, deveria ser “o protagonista”.<sup>81</sup> Fazendo pouco da “novela” que teria sido a vida pessoal do soberano, como se fosse secundária para as consequências políticas formais de seu reinado, como a Reforma Protestante, Starkey insistia que “se você quiser fazer uma história resumida e adequada da Europa, será uma história de homens brancos, porque eles eram os detentores do poder, e fingir qualquer outra coisa seria uma falsificação”.

A posição de Starkey se apoia na suposição de que o que ocorre no domínio privado não é importante. Mas seria isso verdadeiro? A vida privada de Agnes Huntingdon (nascida depois de 1320) é revelada por meio de trechos de documentos públicos dos processos judiciais referentes a seus dois casamentos.<sup>82</sup> Sabemos que ela era vítima de violência doméstica, e que seu primeiro casamento fora contestado porque sua família desaprovava a união. Na noite de 25 de julho de 1345, ela fugiu do segundo marido depois de ser agredida por ele. Mais tarde, na mesma noite, ele foi à casa do irmão dela com uma faca. Seria o abuso (e a falta de liberdade de escolha) de uma mulher do século XIV uma irrelevância privada, ou parte da história da subjogação feminina?

A divisão arbitrária do mundo em “público” e “privado” é, em todo caso, discutível. Invariavelmente, essas categorias se misturam. Quando conversei com Katherine Edwards, uma professora de História profundamente envolvida na luta contra as reformas educacionais de Gove, ela mencionou uma pesquisa recente sobre o papel das mulheres na Guerra de Secessão Americana. Longe de serem irrelevantes, “as mulheres e sua concepção do papel que desempenhavam sabotaram por completo o esforço de guerra dos confederados”.

Mulheres da elite, criadas para acreditar sem questionar no mito do próprio desamparo, simplesmente não conseguiam superar a compreensão do trabalho como intrinsecamente não feminino. Incapazes

de se propor a assumir os empregos deixados vagos pelos homens alistados, escreviam aos maridos implorando que desertassem e voltassem para protegê-las. Mulheres mais pobres representaram uma dor de cabeça de forma mais proativa, já que organizaram uma resistência à política dos confederados, “porque estavam basicamente morrendo de fome e precisavam alimentar a família”. Excluir as mulheres de uma análise do desfecho da Guerra de Secessão não apenas constitui uma lacuna de dados de gênero como uma lacuna de dados no entendimento da construção dos próprios Estados Unidos. Isso parece um “fato” digno de ser conhecido.

A história da humanidade. A história da arte, da literatura e da música. A história da própria evolução. Tudo isso nos é apresentado como fatos objetivos. Mas a realidade é que esses fatos têm mentido para nós. Todos foram distorcidos por não levarem em conta metade da humanidade — e muitas vezes pelas próprias palavras que usamos para transmitir nossas meias verdades. Essa falha levou a lacunas nos dados. Uma corrupção daquilo que achamos que sabemos sobre nós mesmos. Ela alimentou o mito da universalidade masculina. E esse é um fato.

A persistência desse mito continua a afetar o modo como nos enxergamos hoje em dia — e, se os últimos anos nos ensinaram alguma coisa, foi que o modo como nos enxergamos não é irrelevante. A identidade é uma força poderosa que ignoramos e interpretamos mal, por nossa própria conta e risco: Trump, Brexit e ISIS (para falar em apenas três exemplos recentes) são fenômenos globais que mudaram completamente a ordem mundial — e esses são todos, em sua essência, projetos conduzidos pela identidade. Mas interpretar mal e ignorar a identidade é exatamente aquilo que a masculinidade disfarçada de universalidade do gênero neutro nos leva a fazer.

Um homem com quem saí brevemente tentou argumentar comigo dizendo que eu estava cega pela ideologia. Que não conseguia ver o mundo com objetividade, segundo ele, ou com racionalidade, porque era feminista e enxergava tudo com um olhar feminista. Quando eu dizia que o mesmo poderia ser dito sobre ele (que se identificava como libertariano), ele refutava. Não. Aquilo era apenas objetivo, senso comum — a “verdade absoluta” de Simone de Beauvoir. Para ele, sua maneira

de enxergar o mundo era universal, enquanto o feminismo — enxergar o mundo de um ponto de vista feminino — era um nicho. Ideológico.

Lembrei-me desse homem depois da eleição presidencial americana de 2016, quando parecia que não se podia fazer nada diante de tuítes, discursos e páginas de opinião (normalmente) produzidos por homens brancos denunciando os males daquilo que chamavam de “política identitária”. Dez dias após a vitória de Donald Trump, o *The New York Times* publicou uma matéria de Mark Lilla, professor de Ciências Humanas da Universidade Columbia, criticando Hillary Clinton por “dirigir-se explicitamente a eleitores afro-americanos, latinos, LGBTQ+ e mulheres”.<sup>83</sup> Isso excluía “a classe operária branca”. Lilla apresentava a “retórica da diversidade” de Clinton como incompatível com “uma visão ampla”, ligando essa visão “estreita” (Lilla, sem dúvida, estava com a leitura de seu V. S. Naipaul em dia) com o que ele sentia estar percebendo entre os universitários. Os estudantes de hoje, dizia, são tão instados a focar na diversidade que “têm absurdamente pouco a dizer sobre questões permanentes como classe, guerra, economia e o bem comum”.

Dois dias depois de publicada a matéria, o ex-candidato democrata Bernie Sanders estava em Boston numa parada da turnê de lançamento de seu livro<sup>84</sup> afirmando que “não basta que alguém diga ‘sou uma mulher, vote em mim!’”<sup>85</sup> Na Austrália, Paul Kelly, editor do *Australian*, definiu a vitória de Trump como “uma revolta contra as políticas identitárias”,<sup>86</sup> enquanto no Reino Unido o primeiro-ministro trabalhista Richard Burgon dizia num tuíte que a posse de Trump era “o que pode acontecer quando partidos de centro-esquerda abandonam a transformação do sistema econômico e se apoiam em políticas identitárias”.<sup>87</sup>

Simon Jenkins, do *The Guardian*, encerrou o *annus horribilis* de 2016 com uma diatribe contra “os apóstolos identitários”, que tinham “se excedido” na defesa de minorias e assim exterminaram o liberalismo. “Não tenho tribo”, escreveu Jenkins. Ele não iria “aderir à histeria dominante”. O que ele queria era “reencenar a gloriosa revolução de 1832” — que resultou na extensão da representatividade a algumas centenas de milhares de proprietários.<sup>88</sup> Dias de glória, de fato.

Esses homens brancos têm em comum as seguintes opiniões: a política identitária só é política identitária quando se refere a raça e sexo;

que raça e sexo nada têm a ver com questões “mais amplas” como “a economia”; que é “limitante” tratar especificamente das preocupações de eleitoras mulheres e eleitores negros; e que por classe trabalhadora entende-se homens brancos da classe operária. Incidentalmente, segundo o Departamento de Estatísticas Trabalhistas, a mineração do carvão, que durante a eleição de 2016 tornou-se o parâmetro dos empregos (implicitamente masculinos) da classe operária, emprega 53.420 pessoas no total, com um salário médio anual de 59.380,89 dólares.<sup>89</sup> Basta comparar esses números aos da força de trabalho majoritariamente feminina das 924.640 pessoas dedicadas à faxina e aos serviços domésticos, cuja renda anual média é de 21.820,90 dólares.<sup>90</sup> Então, qual é a verdadeira classe operária?

Esses homens brancos têm em comum o fato de serem homens brancos. Insisto nesse ponto porque foi exatamente sua branquitude e masculinidade que os levou a verbalizar a sério o absurdo lógico segundo o qual as identidades só existem para aqueles que por acaso não são brancos ou homens. Quando, pelo fato de ser homem branco, você está tão habituado a achar que branco e masculino são a regra, é compreensível que se esqueça de que ser branco e homem também é uma identidade.

Pierre Bourdieu escreveu em 1977 que “o que é essencial não precisa ser dito porque entende-se sem ser dito: a tradição é silenciosa, inclusive sobre si mesma como tradição”.<sup>91</sup> Branquitude e masculinidade são silenciosas exatamente porque não precisam ser verbalizadas. Branquitude e masculinidade estão implícitas. São indiscutíveis. São o padrão. E essa realidade é inescapável para qualquer um cuja identidade não esteja implícita, para qualquer um cujas necessidades e perspectivas sejam habitualmente esquecidas. Para qualquer um acostumado a entrar em choque com um mundo que não foi projetado para si e para as suas necessidades.

O modo como a branquitude e a masculinidade são entendidas sem que se precise apontá-las me leva de volta ao meu péssimo namorado (na verdade, namorados), porque está intrinsecamente ligado à crença equivocada na objetividade, na racionalidade, no, como disse Catharine MacKinnon, “ponto de vistismo” da perspectiva branca e

masculina. Já que essa perspectiva não se articula como branca e masculina (porque não é preciso), pois é a norma, supõe-se que não seja subjetiva. Supõe-se que seja objetiva. Até mesmo universal.

Essa suposição é insustentável. Ser branco e homem constitui uma identidade da mesma forma que ser negra e mulher. Um estudo sobre posições e preferências eleitorais de americanos brancos concluiu que o sucesso de Trump reflete a ascensão da “política identitária branca”, que os pesquisadores definiram como “uma tentativa de proteger os interesses coletivos dos eleitores brancos por meio das urnas”.<sup>92</sup> A identidade branca, concluíram, “indica uma forte preferência por Trump”. O mesmo para a identidade masculina. A análise da influência do gênero no apoio a Trump revelou que “quanto mais hostis fossem os eleitores em relação às mulheres, maior a probabilidade de que fossem apoiadores de Trump”.<sup>93</sup> Na verdade, o sexismo hostil foi quase tão indicativo de um apoio a Trump quanto a identificação partidária. E o único motivo pelo qual isso nos surpreende é que estamos acostumados ao mito da universalidade masculina.

Supor que o masculino é universal é consequência direta da lacuna de dados de gênero. Branquitude e masculinidade só estão implícitas porque nunca se fala de outras identidades. Mas a universalidade é também uma das *causas* da lacuna de dados de gênero: como as mulheres não são vistas e não são lembradas, porque os dados masculinos representam a maioria daquilo que conhecemos, o que é masculino *passou* a ser visto como universal. Isso significa relegar as mulheres, metade da população global, à condição de minoria. Com uma identidade de nicho e ponto de vista subjetivo. As mulheres são encaixadas nesse contexto para serem esquecidas. Ignoradas. Dispensáveis — para a cultura, para a história, para os dados. Assim, as mulheres tornam-se invisíveis.

*Mulheres invisíveis* é a história do que acontece quando esquecemos de levar em conta metade da humanidade. É uma evidência de como a lacuna de dados de gênero fere as mulheres enquanto a vida segue mais ou menos em sua normalidade. No urbanismo, na política, no trabalho. Trata-se também do que acontece a mulheres que vivem num mundo construído com base em dados masculinos quando as coisas

dão errado. Quando ficam doentes. Quando perdem a casa numa enchente. Quando precisam fugir de uma guerra.

Mas há também esperança nesta história, porque as coisas começam a mudar quando as mulheres conseguem sair das sombras com suas vozes e seus corpos. As lacunas se fecham. E assim, em essência, este livro é também um chamado para a mudança. Durante muito tempo consideramos as mulheres como um desvio da humanidade padrão, e isso permitiu que elas se tornassem invisíveis. É hora de uma mudança de perspectiva. É hora de as mulheres serem vistas.

The background features a repeating pattern of stylized human figures. Each figure is composed of a teal-colored head and torso, with a red-colored neck and lower body. The figures are arranged in a grid-like pattern, with some appearing as solid shapes and others as negative space or partially obscured. The overall aesthetic is modern and graphic.

Desde o controle do fogo e o domínio da agricultura até as evoluções tecnológicas da atualidade, as conquistas dos seres humanos sempre começaram com a observação do mundo, algo conhecido hoje como coleta de dados. Como base da ciência, são os dados que determinam a alocação de recursos públicos e privados, ditando o rumo da sociedade.

Porém, o caráter científico dos dados esconde um lado perverso: as mulheres não são — e nunca foram — contempladas por eles. Isso é o que revela Caroline Criado Perez em *Mulheres invisíveis*. Nessa obra, a autora reúne estudos de caso que explicitam como o olhar predominante considera que o homem é o padrão e as mulheres são atípicas. Dessa forma, mesmo quando os dados abrangem o universo feminino, acabam sendo ignorados na prática, o que aprofunda na base a desigualdade de gênero.

Inovadora em sua abordagem, Caroline coloca em números o sofrimento de metade da humanidade, provando que o preconceito de gênero é muito mais que uma questão subjetiva. Uma leitura transformadora e inesquecível, que mudará a maneira como você enxerga o mundo.

**SAIBA MAIS:**

**<https://www.intrinseca.com.br/livro/1209/>**